



...Continuação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Assim, a Companhia encontra-se simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezesseis vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detidas pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas ("Opções Ativas") foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia. A mensuração do valor justo foi realizada por empresa de consultoria especializada, mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM), assegurando-se que seus resultados estejam consistentes com outras abordagens estocásticas envolvendo procedimentos numéricos.

No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2017, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício. O preço de fechamento do ativo objeto embasou-se no *valuation* elaborado pela mesma consultoria especializada responsável pelo cálculo das opções. A data base da avaliação é 31/12/2017, mesma data de fechamento das Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia, e a metodologia utilizada para o cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016.

O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional (LTN-Tesouro Prê), interpolada pelos vértices disponíveis para negociação na plataforma do Tesouro Nacional e demonstrada pela Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETT), elaborada pela ANBIMA e foi estimada pela Companhia em 9,55%. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data do exercício, em 31 de março de 2021. Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa. Os preços de exercício adotados no método de BSM foram corroborados com distribuições estatísticas analisadas através de procedimentos numéricos. Em 31 de dezembro de 2017, o instrumento financeiro derivativo está registrado na rubrica instrumentos financeiros derivativos ativos, no ativo realizável a longo prazo, no montante de R\$3.801 (R\$4.586 em 31/12/2016).

11. Imobilizado

As taxas de depreciação e as vidas úteis remanescentes foram determinadas através de laudos técnicos emitidos por engenheiros da Companhia e refletem a expectativa de vida útil dos bens, estando demonstradas como segue:

Taxas de depreciação e vidas úteis dos ativos:

Classe de ativos	Percentual médio depreciado até 31/12/2017	Vida útil média remanescente (anos)	Taxas médias anuais de depreciação
Imóveis	33%	33,6	2%
Instalações	32%	6,8	10%
Máquinas e equipamentos	27%	7,3	10%
Móveis e utensílios	73%	2,7	10%
Computadores e periféricos	86%	0,7	20%
Instrumentos de teste	97%	0,3	10%
Benfeitorias	96%	0,2	20%
Sistema de recepção de satélites	100%	0,0	8%
Equipamentos de redes de telecomunicações	70%	2,8	11%
Materiais	64%	5,2	7%
Cabos	51%	9,8	5%
Cabos OPGW	10%	13,5	7%
Cabos ADSS	30%	3,5	20%
Infraestrutura de rede	71%	5,3	3 a 10%

A movimentação do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

Classe de ativos	Transfe-rências			
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Terrenos	82	-	-	82
Imóveis	55	-	-	55
Instalações	68	39	-	107
Máquinas e equipamentos	11	-	-	11
Móveis e utensílios	1.525	58	-	1.583
Computadores e periféricos	1.953	258	-	2.211
Instrumentos de teste	2.833	-	-	2.833
Benfeitorias	246	-	-	246
Sistema de recepção de satélites	9.283	-	-	9.283
Equipamentos de redes de telecomunicações	361.943	(14.129)	39.317	387.131
Materiais	61.098	(24)	4.443	65.517
Cabos	192.373	-	6.942	199.315
Cabos OPGW	18.894	-	-	18.894
Cabos ADSS	1.529	-	-	1.529
Infraestrutura de rede	19.342	-	-	19.342
Imobilizado peças de reposição	9.311	11.470	(11.735)	9.046
Imobilizado em andamento	7.834	33.847	(41.332)	349
Total do custo	688.380	45.672	(14.153)	719.900
Depreciação acumulada	(425.393)	(33.093)	14.147	(444.339)
Provisão para obsolescência	(1.374)	-	-	(1.374)
Valor líquido depreciável	261.613	12.579	(6)	273.187

A Companhia realiza periodicamente avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos com vida útil definida. Os trabalhos de avaliação das vidas úteis dos ativos são conduzidos pelos profissionais do corpo técnico de engenharia da empresa, os quais consideram, dentre outros aspectos, os seguintes principais indicativos para formação de seu juízo: (i) informações técnicas relacionadas à utilização e manutenção dos ativos, (ii) perspectivas de mudanças tecnológicas e de mercado, (iii) a capacidade da Companhia em obter no mercado serviços e peças de reposição para os bens e (iv) a possibilidade de realização de upgrades nos equipamentos e softwares relacionados, bem como da capacidade de sua combinação com tecnologias futuras.

Para fins fiscais, foram mantidas as vidas úteis dos bens admitidos pela legislação fiscal sendo que a diferença entre a base contábil e fiscal são tratadas como diferenças temporárias, cujos reflexos são reconhecidos como crédito ou débito fiscal diferido no período em que tais diferenças ocorrem.

A Companhia avaliou a presença de indicadores de perda de valor recuperável de seu ativo imobilizado de acordo com o CPC 01 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A administração concluiu que não há indicadores internos ou externos de que seus ativos possam ter sofrido perdas em seus valores realizáveis.

12. Intangível

Classe de ativo	Transfe-rências			
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Licença de uso de software	2.037	982	-	3.019
Outorga de concessão de rádio	230	-	-	230
Sistemas de gestão	12.998	-	2.365	15.363
Total do custo	15.265	982	2.365	18.612
Amortização acumulada	(5.775)	(2.079)	-	(7.854)
Valor líquido amortizável	9.490	(1.097)	2.365	10.758

(*) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (Nota Explicativa nº 11).

Taxas de amortização e vidas úteis: As taxas anuais de amortização foram determinadas em função da expectativa de uso do ativo e são como segue:

Classe de ativo	Vida útil estimada (anos)	Percentual amortizado até 31/12/2017	Vida útil média remanescente (anos)	Taxas médias anuais de amortização
Licença de uso de software	5 anos	47%	2,6	20%
Outorga de concessão de rádio	15 anos	26%	11,1	6,7%
Sistemas de gestão	10 anos	41%	5,9	10%

13. Empréstimos e debêntures

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos de mútuo (a)	41.946	101.372
Debêntures (b)	26.595	-
Total	68.541	101.372
Circulante	15.350	63.751
Não Circulante	53.191	37.621

A maturação dos empréstimos e debêntures em 31 de dezembro de 2017 pode ser demonstrada como segue:

	31/12/2017
2018	15.345
2019	11.250
2021	41.946
Total	68.541

A movimentação dos empréstimos, mútuos e debêntures, no exercício de 2017, pode ser assim demonstrada:

a) Movimentação dos Mútuos

	31/12/2016		31/12/2017	
	Pagamento de juros	Encargos apropriados no exercício	Pagamento de juros	Encargos apropriados no exercício
Sonda Procwork (1)	46.310	(5.659)	(45.000)	4.349
Sonda Procwork (2)	38.326	-	-	4.204
Cemig Holding (3)	18.134	(1.235)	(18.000)	1.101
Subtotal	102.770	(6.894)	(63.000)	9.654
Custo captação	(1.398)	-	-	814
Total	101.372	(6.894)	(63.000)	10.468

b) Movimentação das debêntures

	31/12/2016		31/12/2017	
	Captações	Encargos apropriados no exercício	Pagamento de juros	Encargos apropriados no exercício
Debênture (4)	-	27.000	(1.720)	1.767
Subtotal	-	27.000	(1.720)	1.767
Custo captação	-	(762)	-	310
Total	-	26.238	(1.720)	2.077

- Empréstimo tomado junto à Sonda, taxa 110% CDI, foi liquidado em 23 de outubro de 2017, com o objetivo de suportar o investimento na Ativas Datacenter.
- Empréstimo tomado junto à Sonda, taxa 110% CDI, com o objetivo de suportar o investimento na Ativas Datacenter. O vencimento do mútuo ocorrerá na data do exercício de opção de venda pela Companhia, conforme reguladas no Acordo de Acionistas.
- Empréstimo tomado junto à CEMIG Holding, taxa 132,9% CDI, com vencimento em 31 de maio de 2017, com o objetivo de suportar o capital de giro da companhia, foi quitado antecipadamente em 22 de maio de 2017.
- Foram emitidas pela Companhia 2.700 debêntures, nos termos da Instrução da CVM 476, em série única, todas nominativas, simples, com garantia fluante e valor nominal unitário de R\$10, em 22 de maio de 2017, com vencimento para 22 de maio de 2019. As debêntures emitidas são remuneradas a taxa de 128,5% do CDI. Esta captação se deu visando a quitação do mútuo junto à acionista CEMIG Energética S.A. na ordem de R\$19.235 e recomposição do caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, os contratos de empréstimos e debêntures da Companhia não possuem cláusulas restritivas de *covenants* relacionados ao cumprimento de indicadores financeiros.

14. Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Terceiros	11.720	11.514
Partes relacionadas (Nota 19)	12.650	10.236
Total	24.370	21.750

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores e contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 25.

Competência	Acumulado do período		Encargos apropriados	Utilização de Prejuízo Fiscal	Anistia	Saldos em 31/12/2017
	Débitos consolidados	Amortização				
2008 e 2009	1.886	(566)	119	(720)	(719)	-
Total	1.886	(566)	119	(720)	(719)	-

A companhia aderiu ao PERT, incluindo os valores que estavam no parcelamento ordinário, tendo reconhecimento de uma anistia no valor de R\$ 719, em dezembro 2017.

17. Receita diferida

Contrato	Celebração do contrato	Prazo do contrato	Valor contratado	31/12/2017		31/12/2016	
				Receita acumulada apropriada	a apropriar	Receita acumulada apropriada	a apropriar
1 par de fibras ópticas por 181 km	08/08/2011	10 anos	2.187	1.366	821	1.149	1.041
1 par de fibras ópticas por 46 km	12/10/2012	20 anos	925	229	696	185	740
1 par de fibras ópticas por 231 km	12/04/2013	20 anos	3.822	774	3.048	584	3.238
Outros			515	515	-	495	20
Total			7.449	2.884	4.565	2.413	5.039
Circulante					460		460
Não Circulante					4.105		4.579

Os contratos atrelados aos adiantamentos de clientes possuem como objeto a cessão onerosa de caráter irrevogável e irretroatável de pares de fibra óptica apagada, não incluindo a cessão de quaisquer equipamentos ou a prestação de serviços de telecomunicações. Os contratos possuem prazo de duração médio de 17 anos e não contém cláusulas sobre renovação ou opção de venda dos ativos. A receita, vinculada a estes contratos, reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$474.

18. Provisões para riscos

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhista	32	82
Total	32	82

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui provisão para fazer frente a riscos e contingências identificados pela administração de R\$32 (R\$82 em 31 de dezembro de 2016), que está representada por demanda trabalhista, cuja expectativa de perda foi considerada como "provável".

A Companhia possui ainda outros processos, demandas e discussões administrativas e judiciais, que totalizam R\$4.638 (R\$2.362 em 31 de dezembro de 2016), como segue:

	Expectativa de perda		
	Possível	Provável	Total
Trabalhistas (a)	3.778	32	3.810
Ações cíveis (b)	828	-	828
Total	4.606	32	4.638

(a) Os processos trabalhistas estão representados, em sua grande maioria, por demandas movidas por empregados de outras empresas, parceiras contratadas da CEMIGTelecom, ambas inseridas no polo passivo de reclamações. Os pedidos concessão de direitos trabalhistas são feitos em face das empresas prestadoras de serviços, com a chamada da CEMIGTelecom nos processos unicamente para garantir o pagamento em caso de condenação.

(b) Dentre os processos cíveis, a CEMIGTelecom figura no polo passivo de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, na qual se discute a legalidade da terceirização de serviços, cuja mão de obra empregada estaria supostamente relacionada à atividade-fim. Em primeira instância houve condenação ao pagamento de multa no valor de R\$200, além da proibição de continuar empregando mão de obra terceirizada nessas atividades. Em 2014, a CEMIGTelecom obteve liminar no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho que suspende os efeitos da sentença de primeiro grau até o julgamento da repercussão geral sobre o tema, que ora tramita no Supremo Tribunal Federal (ARE 791.932). A Gerência jurídica considera o prognóstico de perda como possível e, em caso de eventual condenação, a CEMIGTelecom poderá ser compelida a realizar a primarização de parte ou da totalidade dessas atividades. Em 31 de março de 2017, foi publicada a Lei 13.429/2017 que alterou a Lei 6.019/74 para possibilitar a terceirização de atividade-fim nas contratações de

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Férias e encargos a pagar	2.481	2.906
Participação dos empregados nos resultados	500	1.257
Benefícios de longo prazo a empregados (nota 25)	3.060	2.801
Programa de desligamento voluntário incentivado	-	1.583
Outras	80	90
Total	6.121	8.637
Circulante	3.061	5.836
Não circulante	3.060	2.801

Programa de desligamento voluntário incentivado

Em 18 de março de 2016, a Administração da Companhia lançou Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI 2016, com objetivo de adequar a força de trabalho às necessidades do Plano de Negócios da Companhia, tendo como premissa a preservação do efetivo necessário à otimização de seus processos e custos, mantendo o foco no alcance das metas do seu plano estratégico e geração de valor. O prazo de adesão dos empregados ao citado programa iniciou-se em 21 de março de 2016 e se encerrou no dia 19 de maio de 2016.

Aderiram ao programa 12% do *staff* da companhia, sendo que eram elegíveis ao programa os empregados das carreiras administrativa e técnica com no mínimo 13 anos de trabalho na CEMIGTelecom ou com qualquer tempo de empresa, desde que fossem aposentados ou aptos a se aposentar. Os desligamentos foram programados a critério da Companhia, podendo ocorrer em até, no máximo, 18 meses após o término do período de adesão. O plano previa um incentivo financeiro equivalente a quarenta por cento do salário para cada ano de vínculo empregatício para adesões ocorridas nos primeiros 30 dias de vigência do período de adesão e de vinte por cento do salário para adesões ocorridas entre o 31º dia de vigência e a data de encerramento do programa. Adicionalmente, o regulamento do programa concedia ao empregado elegível o direito de recebimento da multa de 40% do saldo do FGTS, além do recebimento das demais verbas rescisórias previstas em lei. O programa foi concluído em outubro de 2017.

16. Obrigações fiscais

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Retido na fonte - IRRF	282	341
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	39	-
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.747	2.560
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.361	1.320
Programa de Integração Social - PIS	294	286
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	105	90
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL (a)	5.671	7.137
Outras	461	305
Total	10.960	12.039
Circulante	9.892	9.573
Não circulante	1.068	2.466

(a) Com a conversão da Medida Provisória 638/14 na Lei 12.996/14 e consequente reabertura do parcelamento decorrente das Leis 11.941/09 e 12.249/10, a Companhia procurou incluir os débitos com o FUNTEL dos anos de 2006 a 2013 no REFIS. Porém, teve seu direito negado administrativamente, face à alegação da Receita Federal a respeito de sua falta de legitimidade para administrar os recursos advindos dessa receita específica.

Diante dessa impossibilidade, a Companhia resolveu impetrar mandado de segurança judicial contra o ato da autoridade coatora objetivando a inclusão forçada desses débitos no citado programa de refinanciamento de dívidas, porém a liminar foi negada e o processo julgado improcedente. Atualmente, o processo aguarda julgamento da apelação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O valor acumulado da obrigação tributária em 31 de dezembro de 2017, monta em R\$5.671, incluindo juros e multa calculados até essa data para os débitos vencidos. A Companhia aderiu ao PERT, incluindo os valores que estavam no parcelamento ordinário, tendo o reconhecimento de uma anistia no valor de R\$719.

Os débitos incorridos a partir de 2014 vêm sendo regularmente recolhidos. Diante da remota possibilidade de inclusão dos débitos vencidos de FUNTEL no REFIS, a Companhia aguarda a inscrição desses débitos em dívida ativa com vistas ao parcelamento de todo o saldo devedor diretamente com a União e avalia a possibilidade de inclusão destes débitos na MP 780 - Programa de Regularização de Débitos não Tributários - PRD.

A movimentação do parcelamento dos débitos com o Funtel, inscritos em dívida ativa, foi como segue:

Competência	Acumulado do período		Encargos apropriados	Utilização de Prejuízo Fiscal	Anistia	Saldos em 31/12/2017
	Débitos consolidados	Amortização				
2008 e 2009	1.886	(566)	119	(720)	(719)	-
Total	1.886	(566)	119	(720)	(719)	-

A companhia aderiu ao PERT, incluindo os valores que estavam no parcelamento ordinário, tendo reconhecimento de uma anistia no valor de R\$ 719, em dezembro 2017.

Contrato	Celebração do contrato	Prazo do contrato	Valor contratado	31/12/2017		31/12/2016	
				Receita acumulada apropriada	a apropriar	Receita acumulada apropriada	a apropriar
1 par de fibras ópticas por 181 km	08/08/2011	10 anos	2.187	1.366	821	1.149	1.041
1 par de fibras ópticas por 46 km	12/10/2012	20 anos	925	229	696	185	740
1 par de fibras ópticas por 231 km	12/04/2013	20 anos	3.822	774	3.048	584	3.238
Outros			515	515	-	495	20
Total			7.449	2.884	4.565	2.413	5.039
Circulante					460		460
Não Circulante					4.105		4.579

Os contratos atrelados aos adiantamentos de clientes possuem como objeto a cessão onerosa de